



Revisitando a "Greve de 1977" na UnB: novas fontes de pesquisa.

PAULO EDUARDO CASTELLO PARUCKER (*)¹

Em pleno sábado, 4 de junho de 1977, a Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília enviou um telegrama (*telegram, cable*) para o Departamento de Estado norte-americano em Washington, D.C.² (*To SECSTATE WASHDC*), como fez em inúmeras outras oportunidades naquele ano de intensa agitação política. Esse telegrama tinha a indicação *immediate* (imediatamente), o rótulo (*Tag*) *BRAZIL - POLITICAL AFFAIRS - INTERNAL POLITICAL AFFAIRS* [BR, PINT] (referindo-se a assuntos de política interna brasileira) e foi copiado para as seguintes unidades da diplomacia estadunidense: a embaixada em Lima, Peru (*AMEMBASSY LIMA*), e para os consulados (*AMCONSUL*) em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje, esse documento está à disposição de quantos se proponham a uma busca bastante simples no portal de acesso público *Wikileaks*, no sistema global de redes interligadas de computadores, a popular *internet*.

Entre outros aspectos interessantes a respeito da greve estudantil iniciada dias antes na Universidade de Brasília (UnB), e que duraria meses a fio de manifestações nas ruas, repressão policial e manchetes nos jornais, o referido telegrama nos informa que o número de policiais no campus ou em seu entorno variava de 600 a 800 policiais-militares e de 150 a 200 policiais à paisana, conforme estimativa de um oficial da Embaixada presente na UnB. A variação entre os números, a propósito, não é propriamente o que importa, havendo outros dados a destacar, como, por exemplo, a relevância conferida ao assunto (tido por urgente, a ser tratado pelos superiores ainda no sábado) e o registro da presença de um observador estadunidense *in loco*, mencionado como *EMBOFF* (de *Embassy Officer*, oficial de embaixada, ou de chancelaria).

Trata-se, até aqui, de mero aperitivo para as pesquisadoras e pesquisadores interessados em algum dos temas que se entrecruzam nessa breve descrição. Muito mais há a colher nesse e em outros documentos semelhantes, ao alcance de um simples clique de computador. Adiante, trago algumas palavras mais sobre essa fonte e suas congêneres, os telegramas da diplomacia norte-americana publicizados via *Wikileaks*. Por ora, vamos à apresentação desta nota inicial de pesquisa.

¹ (*) Graduado em História (UnB), Mestre em História Social do Brasil (UFF), Consultor Legislativo da Câmara Legislativa do DF (área: Direitos Humanos), membro da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB.

² O Chefe do Deptº Estado dos EUA é chamado Secretário de Estado, cargo homólogo ao do Ministro das Relações Exteriores brasileiro.



O movimento grevista de 1977 na UnB faz quarenta anos envolto, como é previsível, em disputas de narrativas, choques de versões, mitos e memórias. Em seu contexto histórico pontuam acontecimentos mais distantes, como o próprio Golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu, bem como as chamadas de um 1968 globalizado, mas também o anúncio, ainda em 1974, de uma “Abertura” política que teimava em não chegar nunca. Pontuam também eventos mais recentes, do próprio ano de 1977, caso do chamado “Pacote de Abril”, conjunto de medidas impostas em abril de 1977 pela ditadura para conter suas derrotas eleitorais. De especial repercussão no ambiente estudantil, houve uma onda de denúncias da morte, decorrente de tortura, do sindicalista Olavo Hanssen (ocorrida ainda em 1970 e dada oficialmente como suicídio), e da prisão de outros militantes opositores que panfletavam tal denúncia às vésperas do 1º de Maio de 1977. Houve, enfim, a própria luta em defesa das liberdades democráticas, quando muitas ruas do país foram novamente ocupadas por manifestantes, estudantes à frente, depois de quase uma década sob brutal repressão escudada no Ato Institucional nº 5 (AI-5, de 13/12/1968).

O transcurso dos quarenta anos da “Greve de 77” — ainda mais carregado de sentidos pessoais e políticos pelo fato de a UnB, onde me graduei em História na década de 1980, sediar, em julho de 2017, o XXIX Simpósio Nacional de História — motivou-me a tomar esse evento como objeto de pesquisa histórica, especialmente após a recente liberação do acesso a uma certa documentação de segurança da ditadura em Brasília. É certo que muito já foi escrito sobre a própria greve da UnB e toda a mobilização que marcou nacionalmente o ano de 1977, inclusive algumas obras consideradas imprescindíveis para bem compreendê-las.³ Não obstante, aproximando-me de novas fontes ou conjuntos documentais, consigo entrever algumas possibilidades férteis de pesquisa. Pode-se dizer que as fontes, de modo geral, são sempre novas a cada mirada, como a noção do banho de rio da dialética clássica. Mas há fontes que ainda estão por receber as miradas das historiadoras e historiadores (e de jornalistas, antropólogos, sociólogos e tantos estudiosos mais), o que justifica o presente esforço.

³ 1) RIBEIRO, Antônio Ramaiana de Barros. *UnB 1977: o início do fim*. Brasília: Paralelo 15, 2009. 192p. 2) MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “As universidades e o regime militar — cultura política brasileira e modernização autoritária”. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448p. 3) Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2015. 363p. (Disponível em <http://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>). 4) MÜLLER, Angélica. “O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)”. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 224p. (Originalmente sua tese de doutorado em História Social, pela FFCL/USP-Université de Paris 1, “A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)”).



Uma dessas novas fontes de pesquisa é o Fundo SSP-CI, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal — ArPDF, que passo a descrever sinteticamente a seguir.

Recentemente, após municiar-se de pareceres de especialistas, o ArPDF, por meio do Edital ArPDF nº 3, de 22/11/2016, reconheceu que "o conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) ... é necessário à recuperação de fatos históricos de maior relevância". Tal reconhecimento é parte do processo mais amplo de franqueamento, ao acesso público, dos acervos ditos sensíveis, nos marcos das Leis de Acesso à Informação — LAI (no caso, a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012). Esse acervo de 13,16 metros de documentos textuais⁴ (com algumas poucas fotos), que foram produzidos e recebidos pela SSP/DF entre 1967 e 1990 — com informações relativas à segurança pública em geral (crimes comuns, violência sexual, acidentes de trânsito etc.), mas também à censura e atividades de informação e contrainformação — já tem seu acesso digital franqueado, de forma irrestrita, a qualquer cidadão, desde fevereiro de 2017, para consulta no local.⁵

O acervo, usado entre meados dos anos 60 e meados dos anos 90 no âmbito da complexa rede de segurança e informações da ditadura, foi objeto da Lei distrital nº 881, de 6 de julho de 1995, que determinou a transferência do acervo de informações do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para o Arquivo Público do Distrito Federal.⁶ O fundo SSP-CI, como se vê, é uma vasta massa documental digitalizada (em formato pdf), compondo-se de dezenas de caixas, cada uma das quais contendo dezenas de pastas (tecnicamente, dossiês, processos ou maços), que, por sua vez, desdobram-se em dezenas ou

⁴ A título de comparação, o Fundo ASI-UnB (acervo de documentos produzidos e recebidos pela Assessoria de Segurança e Informação da UnB durante a ditadura), utilizado na elaboração do relatório da CATMV-UnB e da própria Comissão Nacional da Verdade, correspondeu a 62.328 folhas, equivalendo a 7,42 metros. Assim, importa destacar, o Fundo SSP-CI, que somente há pouco teve o acesso liberado ao público, deve ter, salvo engano, mais de 100.000 folhas!

⁵ De acordo com o disposto no art. 4º do Edital ArPDF nº 3/2016. A propósito, o ArPDF tem o seguinte endereço: Setor de Garagens Oficiais — SGO Quadra 05, Lote 23, Bloco B; CEP 70610-650; Brasília/DF.

⁶ Para mais detalhes técnicos e a história do fundo, veja-se, da Gerência de Pesquisa do ArPDF, o texto "Centro de Informações. Subsídios para a organização do conjunto documental" (pesquisa e texto: Marco Aurélio de L. Santos; maio/1996, referência BR_ARPDF-B-03-01-C-01), que recompõe a constituição do fundo a partir do desenvolvimento administrativo da função Segurança Pública no DF, para situar o órgão originalmente gestor da documentação no seu devido contexto burocrático. Trata-se de importante exploração inicial, um mergulho no denso cipoal legislativo que define as estruturas da área. Cabe, sem embargo, especular sobre o quão interessante será se, além do aspecto atinente à Segurança Pública, venha a ser incorporada à análise também a função ligada à área de informações e operações de repressão, sob a Doutrina de Segurança Nacional.



centenas de páginas cada, resultando em uma impressionante quantidade de documentos aptos a serem considerados sob variados prismas historiográficos, jornalísticos, memorialísticos, artísticos, administrativos etc.

Por ora, salvo melhor juízo, ainda não se dispõe de um instrumento de pesquisa que, sob forma de sumário ou índice, permita uma percepção prévia do universo de assuntos envolvidos. A partir de um quadro de arranjo pautado pelo desenho dos órgãos burocráticos da Secretaria de Segurança Pública, particularmente o Centro de Informações (CI-SSP), o critério de agrupamento da papelada é cronológico, em linhas bem gerais, não sendo, entretanto, incomum constarem nos maços documentos com data não contemplada no recorte temporal, isto é, nas datas de início e fim assinaladas na capa de cada maço ou dossiê (por exemplo, há dossiês em que consta, como recorte temporal, 1976 e 1979, mas não apenas é possível neles achar documentos referentes a anos anteriores ou posteriores mas, também, constatar que apenas em uma pequena parte desses dossiês se identificam documentos referentes a 1977). Assim, excetuando-se pesquisas mais apuradas em termos de especificidade do objeto (um nome próprio, com possíveis variações de grafia, por exemplo), a aproximação a esse denso conjunto de informações se dá de modo trabalhoso, levando o pesquisador a conferir documento por documento, ainda que balizado por marcos temporais algo incertos.

Tratando-se, aqui, como assinalado anteriormente, de notas iniciais de uma pesquisa ainda incipiente, é possível apontar que, em termos de resultados, localizei bem poucos documentos relacionados especificamente à Greve de 77. Por exemplo, o Ofício GMG/Chefia nº 113, de 27 de agosto de 1986, do Chefe do Gabinete Militar do Governo do Distrito Federal, pediu informações sobre registros (antecedentes criminais e ideológicos) que pudessem contraindicar os nominados para as funções propostas no GDF, prática comum, prévia ao preenchimento de cargos comissionados no Executivo distrital. Em resposta, o Ofício nº 85/SEP, de 4 de setembro de 1986, do Secretário de Segurança Pública do GDF, indicou participação de alguns dos indigitados em atos do movimento estudantil em 1977, inclusive do movimento grevista.⁷ Ainda não logrei identificar se isso teria resultado na não nomeação dos postulantes.

Já no que tange à ditadura de uma maneira mais ampla, pode-se aventar várias considerações. Sem que se constitua propriamente em novidade, há, no conjunto documental, a comprovação da existência de uma rede na qual havia vasta circulação de dados entre os ditos

⁷ Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo SSP-CI. Cx SSP_CI_0063(11)d.



órgãos da comunidade de informações, dados não apenas de caráter político, mas também pessoal-privado (como, por exemplo, se a pessoa era devedora de alguma financeira ou se tinha passado cheque sem fundos). Outra consideração cabível é que, contrastando com o reduzido número ou mesmo ausência de documentos sensíveis recolhidos pelo Exército ao Arquivo Nacional, observa-se no Fundo SSP-CI a presença de documentos provenientes do Comando Militar do Planalto e 11ª Região Militar (CMP/11ªRM, onde teria funcionado um DOI-CODI, órgão operacional de destaque da repressão ditatorial), ou que por lá passaram, tendo em vista os cabeçalhos ou os carimbos a registrar a presença física dos documentos. Fica reforçada a noção de que acervos ditos sensíveis não foram recolhidos como manda a lei.

Também fica evidenciada a indicação do extremo controle e vigilância impostos sobre todos, bem como o uso político da máquina estatal, sendo que as atividades de polícia política eram desempenhadas no âmbito da Corregedoria e incluíam investigações sobre lideranças comunitárias que iriam participar de encontros agendados com o Governador, por exemplo.

Concluindo essa breve aproximação ao Fundo SSP-CI, vale assinalar ainda que, aparentemente, há lacunas no conjunto, sinalizada a incompletude por meio da ausência de folhas de numeração sequencial ou da falta de documentos a cobrir determinados períodos.

Vejamos, agora, o segundo conjunto documental escolhido, os telegramas diplomáticos disponibilizados pelo Wikileaks - PlusD. É, importa observar, material de fácil tradução, com o uso de linguagem objetiva, direta, de trabalho interno do Departamento de Estado norte-americano, não se tratando da usualmente empolada e melíflua linguagem diplomática entre países.

De acordo com sua página na internet, o Wikileaks é uma entidade, fundada em 2006 pelo jornalista Julien Assange e outros ciberativistas, que capta e torna públicos documentos sensíveis, a partir de coleções como "Syria Papers", "Global Intelligence Files" e "Public Library of U.S. Diplomacy" — *PlusD*, entre outros. Tem sido bastante premiada no âmbito da imprensa e dos direitos humanos e alcança grande penetração por meio da parceria (leia-se relações contratuais e comunicação segura) com 5 grandes órgãos de mídia: *The New York Times*, *Der Spiegel*, *El Pais*, *Le Monde* e *The Guardian*.⁸

Ainda segundo a mesma fonte, a plataforma *PlusD* se autodefine como, "globalmente, a maior coleção pesquisável de comunicações diplomáticas confidenciais, ou anteriormente

⁸ Wikileaks PlusD - Public Library of U.S. Diplomacy, disponível em <https://search.wikileaks.org/plusd/about>, acesso em 24/2/2017.



confidenciais, dos EUA". Alimenta-se de vazamentos, documentos liberados em razão do FOIA (*Freedom of Information Act*, ato que estabelece a liberdade de acesso a informações do governo federal dos EUA) e documentos sistematicamente desclassificados pelo Departamento de Estado dos EUA.⁹

Tomando por base esse conjunto documental, procedi a uma pesquisa bastante simples, meramente introdutória, demarcada por apenas dois critérios: a) busca de todas as seguintes palavras: "UnB", "University", "Brasilia"; e b) datas de origem/criação: entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1977 (tão somente o próprio ano de 1977, deixando de lado, por ora, o processo mais amplo em que se inserem aqueles complexos acontecimentos em torno da "Greve de 77 na UnB".

Resultaram dessa busca 9 documentos, todos do tipo 'TE' (*Telegram, Cable*, o clássico telegrama, tão comum até o início do uso massivo da *internet* e das comunicações eletrônicas em fins do séc. XX). (Tratam-se, conforme o site, em tradução livre, de mensagens diplomáticas enviadas entre embaixadas estadunidenses e o Departamento de Estado norte-americano, em Washington - DC, contendo informação oficial de propostas políticas e sua implementação, atividades programáticas e operações de postagem diplomática e de seu pessoal).¹⁰ Dos 9 telegramas, 5 são do mês de junho de 1977 (dias 3, sexta-feira; 4, sábado; 6, segunda-feira; 8, quarta-feira e 10, sexta-feira), 1 é de julho (dia 30, sábado), 1 é de agosto (dia 27, sábado) e 2 são de novembro (dias 7, segunda-feira, e 17, quinta-feira). Desses 9, apenas 1 não era classificado para fins de sigilo; 5 eram, originalmente, para uso oficial limitado, e 3 eram, originalmente, classificados como documento confidencial; hoje, todos já estão desclassificados (isto é, sem restrição oficial de divulgação).

⁹ Segundo o Wikileaks [https:pt.wikipedia.org/wiki/Julien_Assange, acesso em 21/07/2017], em julho de 2010, a entidade tornou públicos numerosos documentos que detalham o envolvimento dos EUA na Guerra do Afeganistão e na Guerra do Iraque, e os 5 parceiros, desde então, vêm publicando os telegramas secretos da diplomacia norte-americana. Um mês depois, em agosto de 2010, a Justiça da Suécia expediu dois mandados de prisão contra Assange, um por estupro e outro por agressão sexual, crimes que ele nega ter cometido (afirma terem sido relações consensuais). Em dezembro de 2010, Assange entregou-se à polícia metropolitana de Londres, que o deteve, tendo sido libertado dias depois, sob pagamento de fiança. Paralelamente, os EUA vêm tentando processá-lo por conspiração (sob alegação de que Assange teria encorajado a soldado Bradley Manning a vazar material militar reservado e arquivos do Departamento de Estado. Em maio de 2012, a Suprema Corte inglesa determinou a extradição de Assange para a Suécia; em agosto de 2012, ele conseguiu asilar-se na modesta sede da Embaixada do Equador em Londres, onde vive desde então, pois o Reino Unido lhe recusa permissão para que deixe a representação diplomática equatoriana, quer para deslocar-se ao aeroporto, quer para ir a uma clínica londrina fazer exame de tomografia, por ordem médica.

¹⁰ <https://wikileaks.org/plusd/about/>. Acesso em 24/2/2017.



Os resultados iniciais dessa aproximação aos telegramas disponibilizados pelo *Wikileaks* são, a meu ver, alvissareiros. De acordo com as informações de origem e difusão de cada mensagem, é possível identificar a maior ou menor relevância conferida ao assunto; por exemplo, há indicações para difusão imediata ao Secretário de Estado ou mesmo à Presidência (Casa Branca), bem como a amplitude da difusão, ora feita para o Secretário de Estado e para os consulados norte-americanos do Rio, São Paulo ou Recife, ora inclui também as Embaixadas dos EUA em Lima, Bogotá ou Caracas. Outro aspecto refere-se à fixação de *tags* (rótulos), informando a classificação da matéria em *Political Affairs - Internal Political Affairs* (PINT), ou *Political Affairs - Internal Security* (PINS), ou *Operations - VIP Travel Arrangements* (OVIP), ou ainda *Social Affairs - Human Rights* (SHUM), por exemplo.

Nos textos das mensagens, há espaço para relatos descritivos, por exemplo, notícias de números de prisões de estudantes, ou de manifestos pelos direitos humanos entregues nas visitas de Rosalyn e Jimmy Carter ao país. Mas também há espaço para comentários, como a sugestão de que algumas punições a estudantes teriam sido ordenadas pelo próprio presidente Geisel, conhecido por tomar decisões mesmo em assuntos menores. Nas mensagens constam intervenções do reitor da UnB, o oficial de Marinha José Carlos de Almeida Azevedo, incluindo contatos com a comunidade de informações, em relação a estratégias a respeito da visita de autoridades dos EUA a Brasília (caso de Cyrus Vance, Secretário de Estado no governo Jimmy Carter, entre 1977 e 1980), com vistas a evitar manifestações hostis dos estudantes.

Como conclusão destas notas iniciais de pesquisa, tratando-se de resultados práticos (leia-se impactos sobre o conhecimento acerca da Greve de 77 na UnB), muito trabalho há por ser feito, não tendo sido ainda localizados, nas fontes acima, dados de maior relevo. Não obstante, partindo da premissa de que houve intensa atividade das áreas de informações e repressão no âmbito do Distrito Federal, como exposto no Relatório Final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (CATMV-UnB),¹¹ a inferência lógica é de que o Fundo SSP-CI terá sido expurgado de uma quantidade desconhecida de documentos, supostamente mais 'sensíveis' do que os que agora são franqueados ao acesso público.

Sobre 1977, os achados certamente serão mais frequentes a partir da constituição de instrumentos de pesquisa no Fundo SSP-CI, como índice/sumário. Sobre o período da ditadura em geral, há aspectos interessantes na documentação, já mencionados anteriormente, tais como

¹¹ Ver Relatório CATMV-UnB, *op.cit.*, p.190 e ss.



a 'rede' (ampla produção, difusão e circulação de informações pela 'comunidade de informações', inclusive documentos que passaram fisicamente pelos órgãos de informação mas cujo recolhimento ao Arquivo Nacional não consta ter sido feito, como determinado por lei). Outra linha de interesse que parece poder oferecer conhecimentos mais complexos do sistema repressivo refere-se à presença de informantes, dada a existência, no Fundo SSP-CI, de muitas consultas de antecedentes para nomeação em cargos de órgãos de informação, vários sobre pessoas de pouca idade, inclusive estudantes. Há também referências soltas ou menção indireta a possíveis infiltrados e agentes provocadores, por exemplo, no evento rotulado pela grande mídia como "Badernaço" (1986).

Embora reduzido, há no Fundo SSP-CI um conjunto de fotografias provenientes de câmera oculta, por trás de tapumes ou coisa do gênero, registrando a presença de representantes e sindicalistas de empresas públicas e estatais em encontro no Setor Comercial Sul, em Brasília. Trabalhos com iconografia podem aduzir boas reflexões nesse aspecto.

A presença regular, frequente, de informações privadas e políticas nos dossiês individuais a que se refere esse Fundo SSP-CI dá conta da dimensão assumida pelo controle e vigilância cotidianos, espalhados por toda a população. Como corolário dessa condição, mencione-se o uso intenso do arquivo político pelo Governador a partir de pesquisas sobre lideranças comunitárias, movimentos sociais, moradia, invasão de terras etc. Ademais, a quantidade de informações com registros de atividades de sindicalistas permitiria historiar o próprio ressurgimento da mobilização social que acompanhou a derrocada da ditadura.

Fica patente a possibilidade de uso prático do rico material aqui descrito na formação de estudantes e pesquisadores, em várias áreas do saber, na História em especial. Há, também, boas perspectivas de ampliarmos a compreensão da estrutura e do funcionamento dos serviços secretos e das forças de segurança no cotidiano da cidade e do país.

Bem, há novidades na área. Pesquisadores, mãos à obra.

Referências bibliográficas:

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "As universidades e o regime militar — cultura política brasileira e modernização autoritária". Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448p.
- MÜLLER, Angélica. "O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)". Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 224p.



Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2015. 363p. (Disponível em <http://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>).

RIBEIRO, Antônio Ramaiana de Barros. *UnB 1977: o início do fim*. Brasília: Paralelo 15, 2009. 192p.

Wikileaks PlusD - Public Library of U.S. Diplomacy, disponível em <https://search.wikileaks.org/plusd/about>, acesso em 24/2/2017.

Wikipedia – verbete *Julien Assange*, disponível em https:pt.wikipedia.org/wiki/Julien_Assange, acesso em 21/07/2017